

A continuidade da atividade agropecuária por filhos de produtores de leite de Guiricema e Ubá, municípios da Zona da Mata Mineira

William Fernandes Bernardo¹
José Norberto Muniz²

Resumo

O meio rural dos países do mundo tem passado por diversas mudanças nas últimas décadas. De modo geral, verifica-se o esvaziamento populacional do meio rural pela migração em direção às cidades que oferecem mais oportunidades em termos de escolaridade e de trabalho, além de melhor qualidade de vida. No Brasil pesquisas indicam que este movimento tem sido seletivo, motivando especialmente os jovens, jovens do sexo feminino. Ou seja, o meio rural brasileiro está ficando cada dia mais masculinizado e idoso.

Este artigo discute o tema da permanência e a saída de jovens do meio rural e os sentidos que os (as) filhos (as) dão à residência e ao trabalho agrícola e não-agrícola. O texto traz resultados da pesquisa realizada em Guiricema e Ubá, municípios da Zona da Mata Mineira, da qual participaram 32 produtores de leite, 11 filhos(as) que trabalham com agricultura – FA – e 38 filhos(as) que trabalham com atividades não-agrícolas – FNA. Também foram empregados na análise dados de todos os 105 filhos dos 32 produtores e de entrevistas a extensionistas dos municípios. Foram feitas comparações de percepções dos produtores e seus filhos relacionados ao fato de serem provenientes de um município tipicamente agrícola (Guiricema) e de outro com economia diversificada (Ubá), bem como comparações entre aqueles que residiam próximo com aqueles que residiam longe das cidades-sede municipais e ainda comparações entre os FA e FNA.

A saída do meio rural pelos jovens estava associada à idéia de isolamento: dos meios de comunicação, das opções de lazer, das escolas, do trabalho, dentre outros motivos. O trabalho agrícola, por sua vez, tinha uma carga negativa ligada ao atraso e ao baixo reconhecimento social. Além disso, as condições do trabalho agrícola eram inferiores ao trabalho nas cidades, segundo os filhos de produtores. Para as filhas, além do sentimento de isolamento nota-se, dentro da família, a invisibilidade de seu trabalho na

¹ Engº agrônomo, M.S., analista da Embrapa Gado de Leite. Embrapa Gado de Leite, Rua Eugênio do Nascimento, 610, bairro Dom Bosco, 36038-330, Juiz de Fora, MG. E-mail: william@cnppl.embrapa.br.

² Sociólogo, Ph.D., Post-Doctor, Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, CEP 36571-000, Viçosa, MG. E-mail: nmuniz@ufv.br.

Proponencia presentada al VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010. A participação do primeiro autor tem o auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig,

agropecuária e a não-preferência nos processos sucessórios.

Introdução

Movimentos migratórios do Brasil do século XX provocaram mudanças sensíveis na vida dos moradores do meio rural e das cidades. Estes movimentos ainda persistem. O meio rural brasileiro, assim como em outros países, tem se transformado nos últimos anos, absorvendo novas vocações além da agropecuária (ABRAMOVAY, 2003; SILVA, 2002). O espaço rural vivencia mudanças importantes, seja pelas mudanças no modo de produção agropecuário, seja pelas novas oportunidades não-agrícolas de negócios e trabalho nestes locais. Pesquisas realizadas no Brasil apontam que o os recursos financeiros advindos de ofícios não-agrícolas exercidos por membros da família rural, ao contrário de sinalizar a saída da família para a cidade, contribui para viabilizar a permanência na área rural (SILVA, 1997; SCHNEIDER, 2003).

A ausência de determinados atributos no meio rural (como elementos de expulsão), por um lado, e os investimentos urbanos (como componentes de atração³), por outro, explicam, ao menos em parte, os movimentos migratórios do meio rural para as cidades. A migração do meio rural para o meio urbano ocorrida no Brasil, principalmente a partir da segunda metade do século XX, provocou mudanças importantes nas dinâmicas de famílias que dependem da renda agrícola e residem no meio rural. Enquanto nos centros urbanos a política pública incentivava a indústria nascente e o emprego associado a ela, no campo a política pública também buscava incentivar a industrialização do país formando um mercado consumidor de máquinas, fertilizantes e de defensivos agrícolas (SINGER, 1983). O padrão agropecuário adotado no país desde a década de 1960 estava inserido em um projeto de desenvolvimento no qual a agricultura fornecia insumos necessários para a indústria e, do produtor, exigia-se que “aprendesse também a consumir produtos industrializados” (FONSECA, 1985, p. 96).

A baixa necessidade de mão-de-obra requerida pelos modernos processos de produção agrícola é um dos determinantes da saída de pessoas do meio rural. Os pequenos produtores e suas famílias foram mais prejudicados neste percurso pela característica intrínseca de “incompatibilidade entre escala mínima de produção requerida pelo padrão tecnológico e a insuficiência dos recursos produtivos e financeiros por parte daquele setor” (SILVA, 2003, p. 138). O processo de industrialização na agricultura traz

³ Brumer (2007) utiliza a metáfora do magnetismo inerente aos termos “atração” e “repulsão” para explicar a saída de jovens rurais para as cidades.

“mudanças de técnica e, em conseqüência, aumento da produtividade do trabalho” no qual pequenos produtores são incapazes de absorver, provocando “um fluxo maciço de emigração que [reduz] o tamanho absoluto da população rural” (SINGER, 1983, p. 38).

As mudanças no meio rural provocaram, para Sacco dos Anjos & Caldas (2006), “três grandes processos, quais sejam, a masculinização, o envelhecimento e a desagrarização” (p. 193). A primeira e segunda transformação é fruto de um êxodo seletivo que afeta especialmente as moças, agravado pela maior expectativa de vida dos moradores rurais. A desagrarização, ainda segundo os autores, decorre do aumento de pessoas envolvidas em ofícios não-agrícolas no meio rural. Estudando a continuidade da unidade produtiva pelos filhos, Sacco dos Anjos e Caldas (2006) percebem que “raros são os casos em que encontramos mulheres herdeiras da propriedade familiar” (p.194) e verificam que nos 298 estabelecimentos investigados no Rio Grande do Sul (em Pelotas, Caxias do Sul, Cerro Largo e Alto Uruguai), 47% tinham sucessores, 34% não tinham e 19% os produtores não sabiam ou não quiseram responder. A respeito do desejo que os filhos seguissem a profissão de agricultores, 59% dos produtores responderam afirmativamente, 30% negativamente e 11% não sabiam. Os autores interpretam a expectativa dos pais por uma profissão fora da agricultura para os filhos como decorrente da “precariedade dos serviços básicos (saneamento, saúde, segurança e educação)” no meio rural, identificados como “lugares do ‘não-desenvolvimento’” (p.204). Além disso, o exercício de uma profissão fora da agricultura seria capaz de trazer novas “aspirações de ascensão social e de garantia de um nível de consumo aceitável” (p. 206), oportunidades que são dependentes do grau de dinamismo socioeconômico local (p. 208).

A oportunidade de migrar se apresenta, aos jovens rurais, pelo “balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação [;] ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem” (WANDERLEY, 2007, p. 37). No entanto, “nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias nem a bagagem cultural pelos novos empreendimentos” (SINGER, 1983, p. 40). No ambiente urbano os migrantes rurais enfrentam a barreira educacional e cultural onde

“o caboclo, nesse caso, admite uma inferioridade em relação ao cidadão, mas atribui à ignorância do uso de padrões culturais apropriados. [...] A qualificação, no seu sentido amplo, consiste na aquisição de padrões culturais que se referem não apenas a novas técnicas, mas, inclusive a novas normas de relações sociais e de valores [...]” (DURHAN, 1973, p. 140, 147).

Na decisão de migrar, o morador rural considera não apenas o ganho material, mas o ganho de experiência de vida pela chance de conviver em um espaço mais valorizado que o meio rural de origem, uma vez que “são os centros recreativos, culturais, religiosos, econômicos e políticos [...]” (DURHAN, 1973, p. 139). Para a diferença entre os atributos do espaço rural e urbano no país, Sorj (2006) denomina “desigualdade espacial”, resultado do processo de urbanização no qual os moradores rurais “permaneceram a margem dos circuitos da economia mercantil” (p. 22).

Esse artigo busca discutir aspectos dessas novas dinâmicas sociais no meio rural a partir do tema da continuidade da atividade agropecuária por filhos de produtores de leite da Zona da Mata Mineira.

Materiais e métodos: metodologia, objetivos e delimitações da pesquisa

Esse texto é fruto da dissertação de mestrado do primeiro autor, sob a orientação do segundo autor, defendida em julho de 2009 como parte do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Os resultados e discussões aqui apresentados referem-se a essa pesquisa de pós-graduação, que tem como título “Pluriatividade entre produtores de leite de Guiricema e Ubá: reflexões para a ação extensionista” (BERNARDO, 2009).

Considerando que a pecuária leiteira é uma atividade recorrente e tradicional na Zona da Mata Mineira, decidiu-se pela utilização do universo das famílias de produtores de leite como campo para o estudo das dinâmicas sociais relacionadas à noção de pluriatividade. Essa noção refere-se, grosso modo, à situação em que os membros da família agrícola possuem rendas não-agrícolas além daquela oriunda da agricultura. Para melhor compreender a ocorrência, a magnitude e as características desse fenômeno, optou-se pela pesquisa comparativa entre os seguintes atributos: i) municípios (Guiricema e Ubá), ii) moradores de propriedades rurais próximas e distantes das cidades-sede municipais e iii) filhos de produtores de leite que trabalham com agricultura (FA) e filhos de produtores de leite que trabalham com atividades não-agrícolas (FNA).

Em relação à distância da propriedade rural em relação à cidade, o pressuposto era que a proximidade da cidade imprimia certa vantagem competitiva àquele morador que reside “perto” em relação àquele que vive “longe” pelo maior acesso aos recursos urbanos: trabalho, escola, luz, estrada, mercado consumidor, lazer, dentre outros⁴. As

⁴ A incorporação da variável distância nesta pesquisa foi sugerida pela professora da UFRRJ/CPDA, Maria José Carneiro. Para esta pesquisa, “perto” da cidade-sede representa quatro quilômetros ou menos em Guiricema e um

análises dos dados mostraram haver, de fato, diferenças de comportamento entre os residentes “perto” e “longe”. Ubá foi escolhido pela diversificação e dinâmica econômica diferenciada no contexto regional (FIGUEIREDO & DINIZ, 2000), e Guiricema pela característica econômica essencialmente agrícola e representativa em relação aos pequenos municípios da Zona da Mata Mineira.

A presente investigação empregou o *survey* como delineamento de pesquisa. Entrevistou-se extensionistas da Emater-MG dos municípios de Guiricema e Ubá em relação à ação da extensão rural, à produção agropecuária e às estratégias de reprodução social de produtores rurais em função das dicotomias rural x urbano, e agrícola x não-agrícola. Para a escolha das famílias nas comunidades rurais (próximas ou distantes das cidades-sede municipais) utilizou-se a técnica “Bola de Neve”⁵, quando uma pessoa entrevistada indica outra portadora da mesma característica em estudo; no caso, ser produtora de leite e ter filho(a) trabalhando em atividade não-agrícola.

Para o estudo da pluriatividade, segundo os pressupostos teóricos de Maria José Carneiro (1998; 2006), foi necessário caminhar em duas direções investigativas: i) das dinâmicas socioculturais onde estavam inseridas as famílias de produtores de leite, assim como ii) das “estratégias de reprodução social” familiar, o que envolve as “fontes geradoras de renda para os membros das famílias rurais, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva” (CARNEIRO; MALUF, 2003, p.22).

Foram entrevistados 32 produtores de leite que tinham filhos trabalhando em atividades não-agrícolas, assim como 38 destes filhos e ainda 11 filhos que trabalhavam com agropecuária.

Tabela 1. Localização de produtores e filhos de produtores.

	Guiricema			Ubá			Total
	Perto	Longe	Subtotal	Perto	Longe	Subtotal	
Produtores	8	9	17	4	11	15	32
FA	3	3	6	1	4	5	11
FNA	10	10	20	7	11	18	38

Fonte: Bernardo (2009).

quilômetro ou menos em Ubá. “Longe” da cidade-sede significa 11 quilômetros ou mais em Guiricema e 13 quilômetros ou mais em Ubá.

⁵ Referências sobre a técnica “bola de neve” (*snowball sampling*) em Kish (1995) e Lambert (1990).

Algumas análises foram feitas com base nos dados de todos os 105 filhos dos 32 produtores participantes da pesquisa, além de entrevistas a extensionistas da Emater-MG que atuam nos municípios.

Tabela 2. Parentes dos produtores de leite envolvidos na pesquisa*.

Parentesco	Trabalha na propriedade com agropecuária		Trabalha em outra propriedade com agropecuária		Trabalha em atividade não-agrícola		Outro parente que mora na propriedade e que não trabalha com agropecuária	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Esposa	8	28,6	-	-	-	-	16	53,3
Filho	14	50,0	1	100,0	53	67,1	1	3,3
Filha	3	10,7	-	-	26	32,9	7	23,3
Genro ou nora	3	10,7	-	-	-	-	1	3,3
Outro parentesco**	-	-	-	-	-	-	5	16,8
Total	28	100,0	1	100,0	79	100,0	30	100,0

Esses foram todos os parentes descritos nos questionários dos produtores. ** Eram irmãos (2), netos (2) e mãe (1) do produtor. Fonte: Bernardo (2009).

Após a coleta de dados de pesquisa, os resultados foram codificados e analisados com auxílio do programa computacional SPSS.

Resultados da pesquisa e discussões

i) O projeto dos filhos: os significados do trabalho e do local de residência

Na análise dos projetos de vida dos indivíduos das famílias rurais, Carneiro (2006) ressalta a importância de compreender a maneira pelas quais as famílias se organizam para dar continuidade à atividade agrícola, assim como o alinhamento entre projetos individuais e os familiares. A autora destaca que “assim, não corremos o risco de perceber a família como um todo monolítico e harmonioso ou o indivíduo como mero instrumento das estratégias familiares, desprovido de qualquer autonomia” (p.169).

Articulando os conceitos com os dados da pesquisa de campo em Guiricema e Ubá, percebe-se que em relação aos significados do trabalho, entre os 11 filhos que trabalham com agricultura (FA), apenas um tem projeto para investir no cultivo de lavouras (anuais ou perenes). Nenhum dos 38 filhos que trabalham com atividade não-

agrícola (FNA) investe seus recursos financeiros nesse setor. Nas duas categorias de filhos, os recursos obtidos pelo trabalho foram mais aplicados nas despesas pessoais.

Comparando os projetos dos filhos (FA e FNA), verifica-se que a pecuária de leite é mais presente que os cultivos agrícolas: 49% dos filhos têm planos para trabalhar com a primeira atividade e 29% dos filhos com a segunda. O interesse maior dos filhos pela atividade leiteira reproduz a realidade dos pais que têm nessa exploração a principal fonte de renda. Ademais, 25 filhos (em 49, FA e FNA) disseram que não pretendem trabalhar com pecuária de leite. A maioria das justificativas apoia-se na estabilidade do trabalho não-agrícola atual e na falta de rentabilidade da atividade leiteira. A percepção dos filhos corrobora a opinião dos produtores, na qual a baixa rentabilidade da atividade leiteira é a segunda maior causa de desestímulo da atividade, atrás apenas da “falta de mão-de-obra”.

Na hipótese de substituição dos pais pelos filhos na gerência da propriedade, verificou-se que, dentre os 11 FA, seis pretendem fazer modificações na propriedade dos pais, especialmente para intensificar os processos de produção pelo uso de ordenha mecânica, fornecimento de ração às vacas, melhoria genética do rebanho leiteiro e aumento do número dos bovinos e aves na propriedade.

Para os 38 FNA entrevistados, a continuidade da atividade produtiva depende de um arranjo capaz de possibilitar o exercício concomitante da atividade não-agrícola com a gerência da propriedade à distância. Essas lógicas ficam marcadas nas palavras de uma FNA: “Quero mexer com gado de corte porque é mais fácil, porque [eu e meu marido] moramos na área urbana. É mais fácil administrar. [...] Sobra pra mim dar continuidade na atividade rural do meu pai. Não quero abandonar a propriedade do meu pai”.

Analisando as intenções dos filhos de produtores de leite para continuidade da atividade produtiva nas propriedades, percebem-se duas tendências, aparentemente opostas. A primeira, presente nos projetos dos FA, é a intensificação da produção de leite pelo uso de técnicas, equipamentos e animais capazes de elevar a produtividade da unidade produtiva. A segunda tendência, característica dos projetos dos FNA, é a redução da atividade produtiva a um patamar suficiente para a manutenção (econômica e física) da propriedade.

Um dos aspectos relevantes dessa pesquisa foi a comparação entre os sentidos atribuídos ao trabalho agrícola e ao trabalho não-agrícola pelos filhos dos produtores de leite. Quatro categorias qualitativas justificam a preferência do trabalho não-agrícola da cidade em detrimento do trabalho na agropecuária, que são: 1) salário maior e certo (37% das citações); 2) tipo de serviço (jornada menor, serviço mais leve e limpo) (35%); 3)

oportunidade (de crescer na carreira, maior número de postos de trabalho) (16%), e 4) segurança (carteira assinada, plano de saúde, férias) (12%). O adjetivo “certo” que qualifica salário significa, neste caso, que a renda da cidade seria imune às incertezas típicas da atividade agrícola, que oscila em função do clima e do mercado, principalmente. A regularidade da renda indica ser um dos componentes importantes que impulsiona o jovem rural para o trabalho nas cidades.

O tipo de serviço típico da agricultura ou da pecuária de leite seria, segundo os filhos, uma característica que estaria contribuindo para afastar os jovens do trabalho agrícola e, conseqüentemente, da residência rural. Esse serviço estaria ligado às longas jornadas de trabalho inerentes à pecuária de leite “de sol a sol”, “de domingo a domingo”, além de ser considerado “pesado” e “sujo”.

A respeito dos significados do local de residência, a pesquisa indicou que é diferente o poder de atração dos municípios sobre os filhos de produtores em função do mercado de trabalho local. Em Ubá, 72% dos FNA percebem que há trabalhos possíveis em suas áreas de formação no município e nenhum filho de produtor menciona que não há trabalho possível para eles no município. Guiricema, em sentido oposto, 30% dos FNA afirmam que o município oferece trabalho nas suas áreas de formação profissional e 20% acreditam que não há trabalhos possíveis no município para eles.

Com os dados verifica-se que a percepção da falta de oportunidades de trabalho ocorre em nível de município⁶. A noção de possibilidades de trabalho dentro de seus municípios de origem supostamente tem influência nas decisões dos filhos em permanecer ou deixar estes locais à procura de trabalho. Guiricema, município de economia essencialmente agrícola, reduzia sua população em setenta habitantes ao ano entre 2000 e 2007 (IBGE, 2009). No mesmo período Ubá, de economia diversificada e apoiada em certa medida na indústria moveleira, aumentava sua população em mil e trezentos habitantes ao ano. Em 2007 Guiricema tinha 8.906 habitantes e Ubá, 94.228.

Pelos depoimentos de alguns filhos qualifica-se a diferença de percepção de oportunidades de trabalho nos municípios. Para três filhos procedentes de Ubá:

“Depende do que eu fosse procurar. Na fisioterapia tem trabalho em Ubá. Fora da área é só querer... tem muito serviço.” “A [área de] Administração tem muita oportunidade no polo moveleiro”. “Acho que Ubá é um lugar que não tem desemprego não.”

⁶ Comparação com relação à opinião dos filhos pelas oportunidades de trabalho encontradas em Guiricema e Ubá: $t(47) = 4,301$, $p < 0,001$.

Nos relatos percebe-se que os postos de trabalho disponíveis em Ubá cumprem os quesitos de quantidade e qualidade requeridos pelos FNA do município. As percepções são diferentes para os filhos de produtores de Guiricema:

“Eu, como químico, não vejo oportunidade não. Talvez no controle de qualidade de um laticínio, mas nada que eu possa manter uma família. Seria um bico.” “Já tive academia [de ginástica] lá por dois anos e não deu certo. A cidade é muito pequena e não comporta muita coisa não. Em Guiricema é tudo difícil.” “A primeira coisa que tinham que olhar em Guiricema é o emprego. O prefeito deveria trazer fábricas pra cidade.” “Oferece, mas não é especializado. Guiricema tem trabalho, mas é difícil trabalho com carteira assinada.” “Nenhum. Guiricema não tem emprego. Só tem lojinha, mercadinho, não tem trabalho bom, indústria...”

Os depoimentos dos filhos procedentes de Guiricema evidenciam que o município possui pequeno número de postos de trabalho e, principalmente, possui baixa qualidade (e remuneração) das oportunidades disponíveis. A introdução do setor industrial poderia, segundo os filhos de produtores, trazer melhorias no campo de oportunidades de trabalho de Guiricema. Além disso, a ausência de trabalho com carteira assinada⁷ em Guiricema equipara a cidade ao meio rural neste município. Neste raciocínio, não há vantagem ao filho do produtor de leite em sair da zona rural para trabalhar na cidade sem carteira assinada e com baixo salário. A melhor opção estaria em outro município que oferece melhor salário e carteira assinada.

A comparação entre os grupos de filhos mostra que FA percebem diferentemente dos FNA as oportunidades de trabalho existentes em cada município⁸. As diferenças na percepção de oportunidades de trabalho provavelmente estão apoiadas na maior escolaridade dos FNA em relação aos FA⁹. Um dos FA evidencia esta suposição: “pra gente que não estudou é difícil”. E para um FNA: “[o que atrai um jovem rural a morar na cidade] mais é a parte do estudo... o estudo pra conseguir um emprego.” As opções de trabalho nas áreas de formação profissional direcionam para maiores rendas, o que materializa a vantagem dos FNA em termos profissionais¹⁰.

Para melhor compreender os atributos existentes na escolha do local de residência, procurou-se investigar as representações dos filhos com relação às cidades. Nesse sentido, 33 filhos – FA e FNA – (67%) acreditam que a “vida da cidade” atrai o jovem rural.

⁷ A carteira assinada é atributo valorizado pelos filhos, conforme foi discutido.

⁸ Comparação entre a percepção pelas oportunidades de trabalho no município pelos FA e pelos FNA, $t(47) = 2,577$, $p = 0,013$, e entre filhos residentes “perto” e “longe” das cidades-sede, $t(47) = 1,383$, $p = 0,173$.

⁹ Comparação entre escolaridade de FA e FNA: $t(47) = -3,065$, $p = 0,004$.

¹⁰ A renda bruta média mensal dos FNA (R\$ 1.156,84) é maior que a renda bruta média dos FA (R\$ 503,26). Comparação de rendas entre FNA e FA: $t(94) = -2,527$, $p = 0,013$.

Esses filhos estariam sendo atraídos por: 1) acesso a telefone, internet e lazer (48%); 2) trabalho (22%); 3) educação (20%); 4) proximidade e mobilidade (10%). As respostas 1) e 4) parecem se justificar no “isolamento” do morador rural e as respostas 2) e 3) no trabalho e a escolaridade, apoiados na expectativa de renda maior na cidade. A noção de distância e de carência do meio rural é percebida nos relatos de dois FNA: “[O jovem quer morar na cidade porque tem] [...] ônibus pra visitar... roça fica meio isolado, né? [O jovem rural] quer ter contato.” “Morar na zona rural fica mais isolado.”

Para aqueles 16 filhos que não atribuíam à cidade a presença de uma força de atração sobre o jovem rural, os argumentos utilizados a favor da residência rural estavam associados a aspectos naturais (como silêncio e ar puro), ligações afetivas à família e ao patrimônio, atributos da cidade (infra-estrutura) também presentes no meio rural e à autonomia sobre o trabalho e o tempo. As cidades são representadas como locais que oferecem conforto e onde há atributos negativos, como alto custo de vida e maior exposição à violência.

Para os filhos de produtores de leite, o maior contato social e o maior acesso aos meios de comunicação nas cidades são aspectos importantes na escolha pelo local de residência: rural ou urbano. O romantismo do meio rural ligado à natureza e à liberdade parece ser superado pelo pragmatismo ligado à escolarização e ao trabalho. Esses dois componentes seriam capazes de realizar um projeto que reúne os aspectos positivos do rural e do urbano. Assim, duas alternativas seriam possíveis aos filhos de produtores: um projeto urbano bem-sucedido (trabalho bem remunerado na cidade) – que pudesse propiciar a continuidade da propriedade –, e um projeto rural bem-sucedido (uma agropecuária intensiva e lucrativa) – capaz de agregar o conforto urbano.

O local ideal de residência, para os filhos de produtores de leite, é aquele capaz de oferecer conforto e maior sociabilidade, e, ao mesmo tempo, um trabalho fixo e rentável. Nesse sentido, a melhoria da infraestrutura rural e a criação de novas opções de trabalho (agrícola e não-agrícola) no meio rural parecem ser algumas alternativas para tornar esse local mais atrativo para a residência desses jovens rurais.

O trabalho na agropecuária não possui as qualidades do trabalho nas cidades, na visão dos filhos de produtores rurais. Persistindo os modelos atuais, a tendência é de aumento do desestímulo do jovem rural em se envolver nas atividades produtivas das propriedades. Finalmente, o conjunto dessas informações reforça a suposição de que os FNA estão mais voltados aos projetos individuais e ligados às cidades que aos planos de condução da propriedade rural da família como unidade produtiva.

ii) O projeto dos pais para os filhos: a sucessão da unidade produtiva

Uma vez delineados os projetos dos filhos, especialmente em relação ao trabalho e residência, buscou-se, a seguir, identificar os projetos e expectativas dos pais, produtores de leite, em relação à continuidade da atividade agrícola nas propriedades pelos filhos. Procura-se verificar, de um lado, o alinhamento entre os projetos dos pais e dos filhos para a continuidade da produção na propriedade e, de outro, identificar tendências da atividade leiteira em função dessas escolhas. A construção dos projetos dos filhos pode se iniciar nas experiências e expectativas dos pais, que podem inclusive incentivar a saída dos filhos do meio rural¹¹.

Entre os produtores investigados, 15 (do total de 32) afirmaram que gostariam que os FNA voltassem a trabalhar na propriedade e 17 não manifestaram esse desejo. Não houve diferença nessas percepções em função das localidades, Guiricema e Ubá, ou do local da propriedade, se “perto” ou “longe” da sede. Identificaram-se três justificativas pela presença dos filhos trabalhando nas propriedades: proximidade de pais e filhos (sete citações), melhor qualidade de vida do meio rural (cinco citações) e manter o patrimônio da família (três citações).

Os produtores que não gostariam que os filhos retornassem para o trabalho na agropecuária apresentam as seguintes justificativas: baixa rentabilidade da atividade leiteira (seis citações), profissão/emprego seguro do(a) filho(a) na cidade (quatro citações), serviço penoso da roça (quatro citações), propriedade pequena (duas citações) e filho(a) não gosta de roça (uma citação). As três primeiras razões (baixa rentabilidade da atividade agropecuária, falta de estabilidade e o tipo de serviço) corroboram as opiniões dos filhos. A negação pelo trabalho na agricultura pode exercer influência sobre os filhos de maneira a desestimulá-los a exercer essa atividade. Comparando os produtores que apoiam o retorno dos filhos e aqueles que têm opiniões opostas, percebe-se que os primeiros se sustentam em aspectos subjetivos ligados à emoção e os segundos em aspectos da realidade.

Dada a tendência de saída dos filhos de produtores de leite para as cidades, identificou-se quem daria continuidade nas atividades produtivas na propriedade rural¹². As respostas dos produtores indicaram os seguintes sucessores: i) o filho que mora na

¹¹ Inferência a partir de depoimento de produtor: “Por mais que eu pejei pra ele estudar, ele não quis de jeito nenhum! Depende mais do que a pessoa gosta. Queria que ele estudasse. [...] Estudou e formou pra alguma coisa, vai trabalhar no que estudou.”

¹² Sucessão, nessa pesquisa, diz respeito à sucessão da propriedade rural como unidade produtiva. Nesse caso, investigam-se quem dará continuidade da produção agropecuária na propriedade. Essa noção é diferente da sucessão simplesmente patrimonial.

propriedade, trabalhando ou apenas residindo (37%); ii) o filho que não mora na propriedade (28%); iii) a filha e o genro que residem na propriedade (3%); iv) a filha e genro que não residem na propriedade (13%) e v) não tem sucessor(a) (19%).

Se por um lado 41% dos produtores atribuem a continuidade da atividade produtiva aos FNA, apenas 39% (15 em 38) desses filhos possuem projetos para trabalhar com agricultura e/ou com pecuária de leite. Pode-se, portanto, deduzir que há um descompasso entre o projeto dos pais para os filhos e o projeto dos filhos para a propriedade. Para verificar essa inferência, a pesquisa conseguiu incluir oito dos 13 FNA indicados pelos produtores como capazes de sucedê-los. Os projetos desses oito filhos, expressos nos questionários, mostram que três não pretendem se envolver com agropecuária, dois fazem planos para trabalhar somente com pecuária de corte¹³ (excluíram agricultura e pecuária de leite) e três pretendem se envolver com agropecuária no futuro, mantendo, por hora, o trabalho não-agrícola atual. Dos três tipos de casos listados, o primeiro contraria a expectativa dos pais (filhos negam a continuidade da produção agropecuária), o segundo indica a chance de continuidade mediante transformação da produção (pelo gado de corte) e o terceiro caso apresenta (apenas) chances de continuidade da agropecuária na propriedade dos pais.

A continuidade da atividade agropecuária nas propriedades pelos filhos se justifica, na opinião dos produtores, porque ele/ela “gosta de roça” (para 14 produtores), tem na agricultura a sua profissão (para três produtores), faltam oportunidades não-agrícolas de trabalho (para um produtor) e “não tem estudo” e falta oportunidade de trabalho (para um produtor). A falta de oportunidade de trabalho e a baixa escolaridade – os dois últimos casos, ambos de Guiricema – posicionam o projeto agrícola como uma resultante da falta de opções, decorrente de ausências do local e/ou da escolarização. “Do jeito que tá o leite sem valor, só fica quem não sabe fazer nada ou tá enraizado ali.” Essa é a posição de um produtor pela permanência do FA na propriedade. É necessário considerar ao menos dois sentidos na expressão “quem não sabe fazer nada”: 1) o filho não tem qualificação para o exercício de atividade não-agrícola, apesar de 2) ‘saber fazer tudo’ dentro do campo da agropecuária. Esta expressão tem uma carga subjetiva de preconceito que desqualifica a própria profissão de agricultor, ainda que o ofício exija grande conhecimento e habilidade. Já a expressão “tá enraizado ali” pode significar, dentre outras coisas, que o filho já não tem mais idade para mudar de profissão ou que permanece no trabalho agrícola em função de ligações afetivas com o trabalho e com o local de residência.

¹³ A pecuária de corte reduz a necessidade de mão-de-obra na propriedade e permite ao filho exercer sua profissão não-agrícola.

iii) Retorno dos filhos para trabalhar na propriedade

A maior renda e a maior escolaridade dos FNA impossibilitam, na visão dos produtores, o retorno desses filhos à atividade agropecuária. A escolaridade dificulta o ingresso dos FA no mercado de trabalho não-agrícola (pela baixa escolaridade), assim como inibe o retorno do FNA para o exercício do trabalho agrícola da propriedade dos pais (pela alta escolaridade).

Uma vez que os filhos(as) tenham saído para trabalhar 'fora', a maioria dos produtores (27 produtores – 84%) acredita que os filhos não mais retornam à propriedade. Para cinco produtores os filhos retornam: i) somente quando se aposentarem na cidade ou quando os produtores falecerem; ii) caso percam o emprego não-agrícola, e; iii) quando a filha terminar o curso superior em nutrição e assumir a função na indústria de laticínios da família. “Às vezes no futuro podem até voltar, né? Do jeito que a gente tá vendo hoje, pode faltar serviço na cidade e então eles podem voltar que aqui tem serviço.” “Voltam só se o mundo mudar com a crise.” Esta declaração do produtor também ocorreu nos questionários dos filhos de produtores. A propriedade é considerada, tanto pelo produtor como pelo(a) FNA, como um refúgio para o caso de falta de emprego. O retorno do filho dependeria, segundo o produtor, da história de vida do filho ligada ao campo: “Ficar aqui na roça é só pra quem nasceu aqui. Se sair não volta não.” “[Meu] filho foi criado aqui. Ele não vai parar a produção. Ele vai tocar!” Este depoimento corrobora o que foi discutido anteriormente sobre a ligação afetiva e a identidade dos filhos com relação ao meio rural.

O motivo mais importante pelo qual o FNA não mais retorna para trabalhar na propriedade é a estabilidade do trabalho não-agrícola e da 'casa própria' na cidade, segundo a percepção dos pais. Além disso, o tamanho reduzido da propriedade inviabiliza a inserção de todos os filhos, conforme explica um produtor: “Nossa propriedade é muito pequena, não dá pra viver direito. Só se tivesse dez a doze alqueires de terra.”

Outra explicação pelo não-retorno dos filhos está na característica intrínseca do trabalho agrícola que, comparado ao trabalho não-agrícola, é pesado, com longa jornada, sujo, sem garantia trabalhista e pouco rentável.

“O pessoal hoje tá querendo sombra e água fresca!” “A filha casada tá muito bem no comércio... tem serviço mais leve, seguro, tem carteira assinada, férias. Aqui é de sol a sol e sem retorno.” “Um camarada na roça não ganha o suficiente que ganha na cidade.” “Na cidade é tudo mais fácil. O serviço na cidade é mais maré mansa. Na roça o serviço é pesado pra

eles.” “Valor [os produtos agrícolas] não têm. Muito serviço, muita porcança, serviço sujo e resultado pouco.” “É muito serviço. Não tem sábado, não tem domingo... não ganha o suficiente. Pelo menos lá [na cidade] eles têm uma chancezinha de crescer mais.”

Observa-se que esses relatos dos produtores são similares aos dos filhos. Para ambos – produtores e filhos –, o trabalho na cidade atrai pelo maior salário, tipo de serviço (leve, limpo, menor jornada), maior oportunidade profissional e segurança (carteira assinada, férias). A similaridade de depoimentos sugere que há influência das noções de mundo dos pais sobre os filhos, conforme enuncia o início desse subitem. Quanto a esse processo familiar de construção coletiva de conceitos, uma filha não-agrícola menciona: “Eu ouço o meu pai reclamar da renda baixa e os gastos altos.” Esses depoimentos apontam para a importância da opinião e dos comentários dos pais para a formação dos julgamentos e dos projetos dos filhos, com relação ao trabalho e à residência rural.

As similaridades de opiniões entre pais e filhos, assim como seus depoimentos indicam que os pais contribuem nos projetos dos filhos. Identifica-se nessa pesquisa que o projeto do(a) filho(a) é moldado durante o convívio familiar e influenciado pelo contexto no qual se insere a família. Sendo assim, as crises econômicas e sociais do setor agropecuário vivenciadas pelos pais nos municípios são capazes de impulsionar os filhos em direção a projetos individuais e não-agrícolas.

iv) Familiares envolvidos na agricultura e aspectos de gênero

Com relação ao número de pessoas envolvidas na atividade agropecuária, verifica-se que das 32 propriedades pesquisadas, 12 (37%) contavam apenas com o produtor trabalhando na agropecuária, sem qualquer parente para ajudá-lo (Tabela 3). Deste montante, dez (83%) são propriedades “longe” das cidades-sede. Estes dados sugerem maior índice de abandono de parentes naquelas propriedades distantes das sedes municipais. Estes locais possuem menos atrativos aos jovens e, por este motivo, mais críticos nos processos de sucessão produtiva. Além das 12 propriedades onde só havia produtores, outras seis contavam apenas com esposas trabalhando na agropecuária. Em outros termos, cerca de metade das propriedades (56%) não tinha parente que pudesse suceder os produtores na condução das atividades agropecuárias.

Tabela 3 – Parentes dos produtores que trabalhavam com agricultura nas propriedades.

Parentes “agrícolas” de produtores de leite (pessoas)						
	Localização da residência					
	Guiricema	Ubá	Total	“Perto”	“Longe”	Total
Esposa	6	3	9	6	3	9
Filho	7	7	14	6	8	14
Filha	1	2	3	2	1	3
Genro ou nora	2	1	3	1	2	3
Nº de propriedades onde não havia familiares trabalhando na agropecuária além do produtor	5	7	12	2	10	12
Total	21	20	41	17	24	41

Fonte: Bernardo (2009).

A Tabela 3 mostra, ainda, que havia 14 filhos e três filhas envolvidos com o trabalho agrícola das propriedades. A maior presença do filho que da filha sugere a existência de elementos sociais ou específicos do trabalho desfavorecendo a inclusão das moças no trabalho agrícola. Entre os familiares dos produtores de leite que trabalhavam com agropecuária na propriedade, a maior renda média mensal era dos filhos (R\$ 574,29), seguida pela do genro ou nora (R\$ 235,83) e da filha (R\$ 171,83). A esposa do produtor não tinha remuneração pecuniária explícita pelo seu trabalho. A baixa remuneração da filha (em relação à renda dos filhos) e a falta de remuneração da mãe dão sinais de contribuir para o fato da baixa presença de filhas no trabalho agrícola no grupo investigado.

De outro lado, analisando os parentes que residiam na propriedade e não participavam do trabalho agrícola das propriedades, observa-se maior número de esposas e de filhas neste grupo (Tabela 4). O maior número de filhas entre estes parentes sem envolvimento com agricultura corrobora a evidência do desta pesquisa na qual mostrava baixa presença de filhas entre aqueles parentes envolvidos na agricultura.

Tabela 4 – Parentes residentes nas propriedades rurais e sem envolvimento com as atividades agrícolas das propriedades.

Parentes “não-agrícolas” de produtores de leite (pessoas)						
	Localização da residência					
	Guiricema	Ubá	Total	“Perto”	“Longe”	Total
Esposa	9	7	16	6	10	16
Filho	1	0	1	0	1	1
Filha	3	4	7	4	3	7
Outro parentesco ¹	5	1	6	3	3	6
Total	18	12	30	13	17	30

¹Esta categoria era formada por dois netos, uma mãe, uma nora e dois irmãos. Fonte: Bernardo (2009).

Em relação à escolaridade, as filhas foram superiores às suas mães¹⁴. Das sete filhas pertencentes a este grupo de parentes, quatro ainda estudavam: duas cursavam o ensino médio e duas o ensino superior (Farmácia e Nutrição). A maior escolaridade das filhas com relação às suas mães contribui para ampliar as expectativas destas filhas com relação ao trabalho e ao estilo de vida, o que se manifesta, de certa forma, nos seus depoimentos: “A cidade dá melhores condições de trabalho, salário, oportunidade de crescimento profissional. É o salário mesmo que atrai o jovem rural.” “A mulher é mais difícil ficar na roça”, “trabalhar na roça é cansativo e pesado”. Os números que expressam a pequena participação de moças nas atividades agrícolas¹⁵ permitem agora, por meio destes relatos, inferir sobre o afastamento das moças do trabalho agrícola nas propriedades investigadas.

Para completar o quadro de exclusão das filhas ante o trabalho agrícola, faz-se necessário discutir o que ocorre com aquelas mulheres que trabalham com os maridos e pais nas propriedades. O trabalho destas mulheres não aparece ante a indústria de laticínios quando, ao final do mês, o recibo pela produção mensal do leite vem em nome do marido (produtor). A ele geralmente cabe administrar financeiramente a propriedade e, com esta renda mensal, prover os recursos necessários à gestão geral da casa. À esposa compete, em geral, administrar as atividades domésticas e exercer algumas funções agrícolas na propriedade, de forma contínua ou esporádica. Esta situação de invisibilidade feminina no trabalho e na gestão do próprio salário pode ser um componente de desestímulo para as filhas de produtores de leite. Uma alternativa para estas filhas seria, portanto, buscar a independência (ou autonomia) financeira fora da propriedade rural e

¹⁴ $Z(21) = -2,469$, $p = 0,014$.

¹⁵ Pequena participação das moças na agropecuária e número relativamente expressivo entre os parentes sem ofício agrícola.

fora daquele contexto social.

O desinteresse das filhas em assumir a propriedade também se sustenta na falta de perspectiva de herança da unidade produtiva. Os projetos dos produtores para a continuidade da propriedade recaem 65% sobre os filhos e 16% sobre as filhas (e o genro). Pelas respostas dos produtores percebe-se que o trabalho agropecuário, mesmo que seja a administração da propriedade (como o caso dos filhos que moram na cidade), é um atributo masculino. No caso das filhas, as respostas são “minha filha e meu genro”. Para os filhos são simplesmente “meu filho” e não “meu filho e minha nora”. A inclusão do genro no projeto do produtor ressalta, mais uma vez, a importância da figura masculina na condução de um projeto agropecuário, um aspecto cultural marcante nos discursos dos produtores, filhos e filhas.

v) Atração pelas indústrias e desestímulo pelo trabalho agrícola familiar

Segundo os extensionistas da Emater-MG de Ubá, há uma preferência de jovens rurais para o trabalho no setor industrial. Os técnicos sustentam que as indústrias de móveis dão prioridade aos trabalhadores vindos da zona rural pela facilidade de adaptação nos serviços de menor qualificação e mais pesados. Para eles, ‘todas as famílias’ da zona rural do município possuem um ou mais filhos trabalhando em atividades não-agrícolas. Nas famílias rurais do município há, segundo os extensionistas, um componente cultural que estimula a saída do jovem do trabalho na propriedade:

Ele [o pai] dá uns 50 reais para [o filho] vir na rua no final de semana. Dá a ele uma moto, dá a ele uma roupa..., dinheiro mesmo ele não tem. Chega aqui [na cidade], como diz o outro, chega aqui, no dia 4 ou no dia 5 a fábrica dá a ele 400 ou 500 reais, isso [lá na propriedade do pai] ele não tem. Isso é um fator que acaba fazendo ele ir embora [do meio rural].

A falta de retribuição pelo trabalho agrícola exercido pelo jovem rural parece ser inerente à fase biológica juvenil em que ele(a) não é mais criança e ainda não é adulto(a). Desta maneira, não teria motivo para receber salário mensal, uma vez que ainda reside com os pais, os quais custeiam todas as suas despesas. Para o jovem filho (rapaz), a carência destes recursos mensais associado à ausência de espaço físico próprio na propriedade inviabilizaria seu projeto pessoal ligado à agropecuária dentro dos limites do patrimônio dos pais.

No entender dos técnicos de Ubá, o rito de passagem da adolescência para a fase adulta nas famílias rurais do município tem dia e hora marcada na vida do jovem: se dá

pelo casamento.

Às vezes ele [o jovem] tem até mais [dinheiro quando trabalha] com o pai dele, mas tem que pedir... Ali [na fábrica] não... ele tem o dele certo, ele tem independência. Com o pai não, ele vai ficar pra sempre dependente. Só depois de casar ele vai ter independência.

Esta percepção do técnico da Emater-MG de Ubá foi reforçada por um filho de produtor do município que trabalha com um irmão na propriedade do pai e que possui outros seis irmãos trabalhando com atividades não-agrícolas: “Os casados meu pai libera pra trabalhar na cidade”. Este rito de passagem pelo casamento anuncia o início da vida autônoma.

Conclusões

Os dados dessa pesquisa em Guiricema e Ubá indicam que há processos de esvaziamento rural em andamento e aponta indícios de descontinuidade da atividade agropecuária como consequência da saída de filhos de produtores de leite das propriedades rurais. Em 56% das propriedades há apenas o produtor, ou o produtor e a esposa trabalhando com agropecuária. Para 84% dos produtores, os filhos de saíram para trabalhar ‘fora’ não mais retornam. Entre os 49 filhos que responderam os questionários, 25 (51%) não têm planos de trabalhar com pecuária de leite. Para os filhos que trabalhavam com atividades não-agrícolas, a propriedade rural seria conduzida de maneira a conciliar sua atual atividade (urbana) com uma atividade agropecuária que exigisse pouca dedicação (como o cultivo de eucalipto e a criação de gado de corte).

As características típicas do trabalho agropecuário desmotivam o envolvimento dos filhos, como o salário baixo e incerto, o tipo de serviço, a falta de oportunidades e de segurança. A carência estrutural do meio rural também foi reportada por filhos e filhas de produtores como fator de desestímulo à residência rural, que está associada à idéia de isolamento. Para as filhas, além da avaliação negativa em relação à residência rural, a profissão na agropecuária é limitada pela invisibilidade de seu trabalho e pela sua exclusão dos processos sucessórios (a não ser que envolva o marido). O componente cultural também interfere no trabalho dos rapazes, que não encontram nas propriedades espaço laboral direcionado a uma vida autônoma, e reforçado pela carga subjetiva negativa imposta àquele(a) filho(a) que opta pela profissão na atividade agropecuária.

Independentemente da existência de pequena oferta de trabalho no município (caso de Guiricema) ou grande número de postos de trabalho a disposição (caso de Ubá),

verifica-se a ocorrência de abandono da atividade agrícola por jovens rurais quando fatores econômicos, estruturais e culturais não estimulam a permanência da residência rural e do envolvimento no trabalho agrícola. Esse conjunto de elementos aponta algumas causas dos atuais movimentos migratórios de jovens do meio rural para as cidades.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.

BERNARDO, W. F. Pluriatividade entre produtores de leite de Guiricema e Ubá: reflexões para a ação extensionista. Disponível em:

<http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2152>.

Acesso em 8 jul.2010.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In.: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p.186-212.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R.; COSTA, L. F. de C. **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95-117.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006. p.165-185.

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. Introdução. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**. Coleção Debates. Perspectiva: São Paulo, 1973, 249 p.

FIGUEIREDO, A. T. L.; DINIZ, C. C. **Distribuição regional da indústria mineira**. Nova Economia, v. 10, n. 2, 2000. p. 39-69

FONSECA, M, T. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.

IBGE. **Banco de Dados Agregados**. IBGE, Brasília, DF, [2009]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

KISH, Leslie. **Survey sampling**. Wiley Classics Library, Wiley-Interscience Publication, John Wiley & Sons Inc., New York, USA, 1995. p. 404-415.

- LAMBERT, E. Y. **The collection and interpretation of data from hidden populations**. U. S. Department of Health and Human Services. Rockville, MD: National Institute on Drug Abuse, 1990, 170 p. Disponível em:
<<http://archives.drugabuse.gov/pdf/monographs/98.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2008.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 254 p.
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, 1997. p. 43-81.
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2002, 151 p.
- SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, 238 p.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 9-90.
- SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 169 p.
- WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (Org.) **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, 21-34p.

Trabalhos Completos
*VIII Congreso Latinoamericano
de Sociología Rural*



*América Latina: realineamientos políticos
y proyectos en disputa*
15 a 19 de noviembre 2010